



Anais da Assembléia

Nº 72

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 1975

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1975.
(Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Otássio Pereira.

À Hora Regimental é registrada a presença dos senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Scorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpeolini, Jorge Sato, Fuad Nacli, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (52). Achando-se ausentes os senhores Deputados Hélio Manfrinato e Adalberto Daros. (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito chamada nominal, porque parece-me que não há número de Deputados nem para realização da sessão.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o pedido. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É feita a chamada nominal até certa altura).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, até este momento, já constatou a existência em plenário de 18 Srs. Deputados. Há número para prosseguimento da sessão. Portanto, é dispensável o término da chamada.

Em discussão a ata. Não havendo quem queira discuti-la, está aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições requer à Mesa, a inserção em ata, de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido ontem em nossa Capital, do ilustre Professor SANDOVAL RIBEIRO RIBAS, a quem tanto deve a agricultura paranaense, pelos relevantes serviços prestados em órgãos públicos da área, bem como os engenheiros agrônomos, que tiveram a ventura de com ele aprender e conviver, na antiga Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Paraná, onde lecionou para muitas gerações.

Outrossim, requer, ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1975.

a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Tendo por escopo o reconhecimento e valorização do operário araponguense, foi realizado o concurso "OPERÁRIO PADRÃO - 75", na próspera cidade de Arapongas.

Contando com apoio de toda comunidade, especialmente da municipalidade e da "Revista da Cidade", o certame cercou-se de êxito invulgar. Classificando-se no já tradicional concurso, em 1º lugar, com o prêmio de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), Kazuo Sugihara, operário da Indústria e Comércio de Doces Arapongas Ltda.; em 2º lugar, obtendo o prêmio de Cr\$ 1.500,00, o trabalhador Lázaro Manarelli, da oficina de Arapongas Diesel S.A.; em 3º lugar, com o prêmio de Cr\$ 1.000,00, Biágio Antonangeli, operário da Madeireira R.Chaves Ltda.; em 4º lugar, Santana Masquete Tomé, da Companhia Brasileira de Refrigerantes, com o prêmio de Cr\$ 700,00; e, em 5º lugar, José Basílio Gonçalves da Casa Vila Real S.A., com o prêmio de Cr\$ 500,00.

Face ao exposto, pede que, com aprovação do plenário, seja inserido na ata dos trabalhos do dia, um voto de aplauso aos vencedores do Concurso Operário Padrão 1975, levado a efeito em Arapongas, bem assim, às suas respectivas empresas, ao Prefeito Municipal Waldyr Pugliese, à Câmara de Vereadores, e ao Coordenador João Dionísio Neto, da "Revista da Cidade". E que do presente, por ofício, seja dado ciência a todas as pessoas acima mencionadas, uma vez aprovado.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, a retirada e consequente arquivamento do Projeto de Lei nº 30/75, de sua autoria.

Requer, outrossim, que a matéria contida no referido Projeto seja transformada em forma de sugestão, ao Excelentíssimo Senhor Governador.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de que forneça as seguintes informações:

a) — Em que fase se encontram os estudos para início da nova via asfáltica (Avenida das Torres) que ligará Curitiba a São José dos Pinhais (Aeroporto de Afonso Pena).

b) — Quais as razões para retardamento no início das obras?

c) — Qual a previsão para início e conclusão das obras?

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

A chamada "Avenida das Torres", que ligará Curitiba a São José dos Pinhais, oferecendo um novo acesso ao Aeroporto Afonso Pena, há muito vem sendo esperada pelos paranaenses. Seu início por várias vezes foi anunciado. Daí porque, nos dirigimos ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que aquela obra — num total de 16 (dezesseis) quilômetros — seja atacada o mais breve possível. Afora os fatores que se impõe para uma ligação mais rápida entre a Capital e o Aeroporto de Afonso Pena, o próprio município de São José dos Pinhais está a reclamar maior aproximação com Curitiba, uma vez que seus interesses econômicos e sociais estão intimamente ligados à vida da Capital do Estado.

Assim, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e consequente aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o plenário, requer o envio de apelo ao Senhor Governador do Estado para que envie mensagem à Assembléia Legislativa, incluindo na Tabela nº "Administração" de que trata o artigo 3º da Lei nº 6.212, de 9 de agosto de 1971, os seguintes cargos:

SITUAÇÃO ATUAL

SITUAÇÃO PROPOSTA

- Assistente de Bibliotecário, nível 14 — Auxiliar de Administrador Tributário, nível 14
- Professor de ensino Primário, nível 14 — Auxiliar de Administrador Tributário, nível 14
- Professor sem habilitação, nível 7 — Auxiliar de Fiscalização nível 7.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1975.

a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

O presente apelo prende-se a uma situação irregular em que se encontram os funcionários: Gilda Guimarães Castilho, Vitor de Múzio e Gervásio Gabriel Laguna, detentores dos cargos acima. Por ocasião da elaboração da Lei acima referida houve, por um lapso, uma omissão de enquadrar os mencionados funcionários. Visando sanar uma situação irregular e vedado pela Constituição de apresentar projeto de lei, proponho ao Exmo. Senhor Governador a quem cabe a iniciativa de leis referentes a cargos, funções ou empregos públicos, que envie mensagem a esta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Respalado no Regimento Interno e com a audiência do plenário, o Deputado que o presente subscreve requer que sejam enviadas ao Exmo. Senhor Governador as seguintes sugestões, visando as modificações dos tópicos abaixo relacionados do Decreto nº 741, de 2 de setembro de 1971.

"1º — Art. 2º — ... onde se lê: "localidades especificadas", leia-se: "Estado do Paraná".

"2º — Artigo 2º — § único: Onde se lê: "1.000 (mil) veículos", leia-se: "500 (quinhentos) veículos".

"3º — Art. 11º — Acrescente-se: "§ único — Em caso de infração flagrante, as penas serão aplicadas imediatamente, sem as prescrições do art. 11º".

"4º — No Decreto nº 1924, de 24 de abril de 1972, que

modifica o Decreto nº 741 — Art. 3º seja supresso."

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1975.

a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

As medidas acima propostas visam dar maior funcionalidade para o regulamento que estabelece normas para o exercício dos despachantes junto ao DETRAN.

Tratando-se de Decreto do Governador tomamos a liberdade de sugerir a modificação de alguns itens que julgamos oportunos.

As modificações propostas não alteram substancialmente as diretrizes estabelecidas nos dois decretos a que acima nos referimos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica "COPEL", apelando no sentido de serem eletrificadas as localidades de Marajó e Anta Gorda, município de Nova Aurora.

Com o atendimento da nossa solicitação, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica "COPEL", mais uma vez, levará para dentro de inúmeros lares, o progresso que representa a energia elétrica e confirmará seu interesse em proporcionar ao povo paranaense melhores condições sócio-econômicas.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1975.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer, após ouvido o plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar solicitando informações detalhadas sobre os estudos ou o projeto para a instalação de um Hospital Psiquiátrico na cidade de Londrina, em terreno que há muitos anos já teria sido doado pelo município.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1975.

a) OSVALDO MACEDO

JUSTIFICATIVA:

É dramática a situação dos doentes mentais e das vítimas de distúrbios psíquicos no Estado do Paraná. As suas famílias vivem angústias terríveis, porque não os podem manter em hospitais particulares, nem têm condições de deixá-los sem tratamento em casa.

O número de doentes mentais é assustador. São de ambos os sexos, e de todas as idades.

Testemunhamos o drama de muitas famílias que já não sabem o que fazer com os seus doentes, porque não podem pagar tratamento hospitalar e porque não encontram lugar de internamento condigno. Mesmo os contribuintes do INPS não são socorridos, em virtude da inexistência de estabelecimento especializado.

O único endereço conhecido no Paraná é o ADAUTO BOTELHO, em Curitiba, mas que já se constitui em motivo de insegurança, pois que ninguém confia e acredita no tratamento insuficiente e apressado que ali se oferece. Aliás, o ADAUTO BOTELHO tem hoje mais a imagem de um "depósito de rejeitados" do que um centro de recuperação de doentes. São poucos os leitos para atender a tão grande demanda.

O tratamento de doentes mentais e psíquicos é delicado, sofisticado e extremamente dispendioso, não permitindo, por isso, que a grande maioria das famílias dele se valham, por importar em elevadíssimas despesas que poucos suportam.

É uma verdadeira tragédia que atinge a percentagem considerável da população paranaense.

Qual a solução?

Somente a participação decisiva da administração estadual, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, pode ministrar essa situação aflitiva. Mas esse serviço que o Governo do Estado deve prestar não pode se centralizar apenas na Capital deve prestar portanto, interiorizando o serviço, ao homem do interior, pois este encontra dificuldades na procura de atendimento aqui na Capital. Esse serviço deve ser prestado com urgência ao interior. Aliás, a idéia não é recente. Há muitos anos o município de Londrina doou terreno ao Estado para construção de um Hospital Psiquiátrico. Até agora, nada foi feito.

Ma o mal é grave e exige remédio imediato.

Eis porque pretendemos ser informados sobre os estudos e sobre as intenções da Secretaria de Saúde sobre a questão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja enviado ao Exmo. Senhor Presidente Ernesto Geisel, da República Federal do Brasil, apelo no sentido de que, na forma do Ato Complementar, número 46, de 7 de fevereiro de 1969, após ouvir o Exmo. Sr. Dr. Ministro de Estado da Justiça, autorize a revogação do artigo 49, da Lei 5.182, de 17/11/1965, que trata das divisas dos Distritos de Ponta Grossa e PiriQUITOS, dando oportunidade para que a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, por iniciativa do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, encaminhe àquela Casa de Leis de sua cidade, MENSAGEM, modificando as divisas entre os distritos de Ponta Grossa e PiriQUITOS.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

Estamos recebendo, da egrégia Câmara Municipal de Ponta Grossa, onde já tivemos a honra de representar o povo princiSINO, requerimento apresentado pelo Vereador Joel Lopes da Silva e aprovado pelo plenário daquela colenda Casa do povo, no qual solicita remessa de ofício a este Deputado, solicitando a proposição de projeto alterando o artigo 49 da Lei 5.182, de 17/11/65, que trata da divisa dos distritos de Ponta Grossa e PiriQUITOS.

Sabemos perfeitamente, que esta Assembléia Legislativa não é a jurisdição para a nossa luta, pela revogação daquela lei mas estamos vindo a esta tribuna, como homenagem ao povo de Ponta Grossa, para apresentar uma posição tomada, e para mostrar que as estatísticas, muitas vezes, por distorções de legislações, chegam a prejudicar uma das cidades que maior índice de crescimento em nosso Estado, apresenta.

Sabem os Senhores Deputados, que a estatística é a expressão numérica dos fatos sociais; e sabem, também, que quando esta estatística não é alimentada por dados reais, ela deixa de cumprir a sua finalidade e passa a se constituir num ponto negativo na classificação de uma cidade dentro daquelas que apresentam números mais expressivos nas publicações oficiais do IBGE.

Ponta Grossa é hoje uma vítima da lei 5.182, de 17/11/65, pois, a lei que estendeu o quadro urbano da cidade até os PiriQUITOS, não foi aprovada pelo Governo Federal, prevalecendo no momento a lei 5.182, que mantém grande parte da cidade na zona rural, inclusive o bairro de Nova Rússia, altamente industrializada e com elevado nível populacional. Este absurdo

fez com que no último recenseamento, Ponta Grossa fosse classificada com 94.056 habitantes, enquanto a Vila dos PiriQUITOS, incluindo o bairro de Nova Rússia, aparecia com 20.083 habitantes.

O que desejamos, nós aqui na Assembléia, os vereadores e o povo de Ponta Grossa, nosso companheiro José Gomes do Amaral na Câmara Federal, é levar até o Presidente da República, o Ilustre General Ernesto Geisel, o nosso apelo para que S. Exa. olhe por Ponta Grossa e autorize a revogação daquela lei, pois conforme o Ato Complementar número 46, de 7 de fevereiro de 1969, "nenhuma modificação poderá ser feita na organização administrativa e judiciária, sem prévia autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça.

O nosso empenho, a nossa luta, visa colocar Ponta Grossa na posição que merece, como uma das cidades cujo esforço pela industrialização, é um mérito do seu povo, que ninguém poderá avocar como obra de um homem ou de um momento; o nosso empenho é mostrar Ponta Grossa, nas publicações oficiais, com a pujança real, para que, ela surja perante a Nação com as suas verdadeiras dimensões, com a imagem estatística de cidade cujo desenvolvimento deve ser motivo de orgulho para todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Edilson Alencar, no Pequeno Expediente.

OSR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, declino da palavra no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho. Não estando presente o Deputado Muggiati Filho, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

OSR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aragão Mattos Leão.

O SR. ARAGÃO MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Comissão Especial para implantação do polo petroquímico deverá se reunir amanhã, juntamente com a Comissão de Indústria e Comércio desta Casa, com S. Exa. o Sr. Secretário de Indústria e Comércio e com o Presidente do BADEP, para discutir assunto diretamente ligado à implantação do polo petroquímico nacional no Estado do Paraná.

Como é do conhecimento de todos, outros Estados da Federação Brasileira pleiteiam sediar esse polo petroquímico e uma nota do jornal "Estado de São Paulo" resume a argumentação do principal Estado concorrente do Estado do Paraná, que é o Estado do Rio Grande do Sul.

Num documento apresentado pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, que será apreciado pela Comissão Inter-Municipal, encarregada de dar parecer sobre o assunto da instalação do III Polo Petroquímico no Rio Grande do Sul, segundo o Governador daquele Estado, vem de encontro aos objetivos traçados no II Plano Nacional de Desenvolvimento, e prevê em sua filosofia básica a descentralização econômica do País.

"Instalando-se no Rio Grande do Sul em áreas já disponíveis em Canoas ou próximo ao porto do Rio Grande, o novo polo petroquímico atenderia, além da demanda do Estado, que já representa cerca de 10 por cento do consumo total do País, a todo o extremo Sul, abrindo ainda uma vasta perspectiva de conquista de todo o mercado da bacia do Prata".

Um outro argumento usado pelo Governador do Rio Grande do Sul é a tendência de crescimento registrada no consumo da região Sul, através da massa de investimentos que atualmente se registra no setor.

Gostaríamos de trazer este pequeno resumo da argumentação daquele Estado para, em contra partida, apresentarmos na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a vasta argumenta-

ção que tem o nosso Estado para pleitear, junto ao Governo Federal, a instalação deste importante empreendimento nacional em nosso Estado.

(Lendo): "O momento brasileiro é, sem dúvida alguma, de auto-afirmação e esse episódio tem contado com significativa participação de nosso querido Estado, quer no que diz respeito a responsabilidade de seu povo, quer pela situação geográfica acumulada de potencial necessário oferecido para esse desenvolvimento espetacular que vivemos.

Em vista de tamanha realidade o nosso Estado não poderá omitir-se para as reivindicações que se fez merecedor. E é desta forma que analisando a situação presente, quando evoluem os estudos por parte do Governo Federal no sentido de assistir o País com seu terceiro polo petroquímico, é que vimos a esta tribuna para situar o nosso Estado dentro das mais sérias ponderações.

Como é do conhecimento de todos os Senhores, constroem-se em Araucária a sétima refinaria da Petrobrás, para a qual se tem definido o processamento diário de 126 mil barris de petróleo, produzindo nafta, gás liquefeito, gasolina comum e azul, querosene, óleo diesel, óleo combustível, asfalto, solventes e enxofre. Essa capacidade deverá, em breve, ser ampliada para processamento de 250 mil barris diários, que coloca a REPAR em posição de destaque entre as refinarias do Sul do País.

A par desta realidade, destacamos ainda que a Petrobrás, dentro em breve, deverá iniciar a construção da Usina Industrial do Xisto em São Mateus do Sul, que dista apenas 140 km da REPAR, com produção prevista de 63 mil barris de óleo diários, 900 toneladas de enxofre, 400 toneladas de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) e mais 1,7 milhão de metros cúbicos de gás combustível leve. A produção de gases e nafta gerada nessas duas unidades da Petrobrás, situadas a curta distância, é que oferecem condições excepcionais para o desenvolvimento do polo petroquímico no Paraná.

A breve implantação pela Petroquisa das unidades de amônia e uréia junto à REPAR, dará início ao deslanche petroquímico, evidenciando dessa forma a posição do nosso Estado.

Nesta definição altamente técnica, por tal razão e tantas outras, é que discordamos quando pretende o nosso cô-irmão gaúcho, atrair para o seu Estado o 3º Polo Petroquímico. Esta nossa posição fundamenta-se também pela proximidade do Paraná com o maior consumidor dos produtos petroquímicos do País que é o Estado de S. Paulo, além de estar geograficamente situado na região sulina, consumidora de grande parcela dos produtos citados.

Corroborando neste conjunto de posicionamento, devemos destacar ainda, a proximidade dos portos de Paranaguá e S. Francisco do Sul, com os quais a "REPAR" será interligada através de oleodutos e gasodutos; o potencial energético paranaense, é outra condição importante, pois dispostos de energia suficiente para assistir à enorme demanda necessária às indústrias dessa natureza; a disponibilidade de técnicos especializados, oferecidos pela Escola de Engenharia Química do Paraná, bem como escolas de outras especialidades, poderão perfeitamente contribuir com a tecnologia exigida no atendimento das necessidades. Importante ainda são as áreas disponíveis para implantação industrial, pois enquanto o Rio Grande do Sul nos apresenta, na região metropolitana de Porto Alegre, uma área de 1.390 hectares destinada à zona industrial, o Paraná somente na cidade industrial de Curitiba e no Centro industrial de Araucária dispõe de aproximadamente 4.500 hectares, já com infra-estrutura delineada para atender necessidades decorrentes da industrialização. Em vista do exposto, mistér se faz, que se chame a especial atenção do Governo do Estado, para uma atuação efetiva na complementação das condições de infra-estrutura de toda a área onde provavelmente se implantarão as indústrias petroquímicas neste Estado. Não só na cidade industrial de Curitiba, mas principalmente no centro industrial de Araucária e regiões circunvizinhas da Refinaria, que

com certeza polarizarão o desenvolvimento do terceiro Polo Petroquímico Nacional:

Este alerta é de suma importância para que esta Casa de Leis, mantendo seu costumeiro zelo, pondere ao Governo que a sua imediata atuação, abreviará a conquista que se antevê paranaense. Mas diretamente, esperamos que a Secretaria dos Transportes, intensifique a sua atuação nas áreas fatalmente preferidas, para o desenvolvimento do Terceiro Polo Petroquímico, complementando o sistema Viário; A SANEPAR deverá garantir o fornecimento de água, requisito básico para a indústria dessa natureza; A TELEPAR deverá assegurar os meios de comunicação, modernos e eficientes, enquanto que a COPEL reclamar-se a posição de estar preparada para injeção de energia em profusão.

Com estes cuidados fundamentais o nosso Estado estará verdadeiramente preparado de fato e de direito, para assistir sobranceiro à implantação do 3º Polo Petroquímico Brasileiro."

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias passados usei esta tribuna para qualificar o BNH, o Banco Nacional de Habitação, como uma das grandes arapucas nacionais, e quando fizemos esta denúncia fizemos revestido da acertiva de que a caminhada proliferante de miséria a social popular do Banco Nacional de Habitação está impregnada nos quatro cantos deste País.

Em 1965 quando Prefeito da cidade de Santo Antonio da Platina, o nosso município, fizemos convênio com o BNH, doamos uma área de terreno que custou, naquela época, quase vinte por cento da receita orçamentária, quando o BNH, depois de receber de graça essa área de terreno pertencente à economia do povo de Santo Antonio da Platina, exigiu que o município colocasse na infra-estrutura, água, luz, meios-fios, etc. e ali foi construído um núcleo de 100 casas. Tudo foi dado de graça ao BNH e o BNH vendeu todas essas habitações por preços exorbitantes. Hoje, 10 anos depois, os mutuários, os compradores daquelas casas chamadas casas populares, ao invés de capitalizarem através do pagamento da importância durante esses 10 anos, eles devem mais do que o valor estabelecido no ato da compra daquelas moradias. E quem deve, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é o proletário, é o operário, o homem que está vinculado a um salário mínimo miserável como é o salário neste País, que não dá nem sequer para a simples alimentação de sua família.

Pois o BNH formou este capital descomunal, esta riqueza extraordinária, é o banco de segunda linha deste País, é o gigante desta Nação, em torno da pobreza e da miserabilidade, que constituiu este capital extraordinário.

Hoje O ESTADO DO PARANÁ estampa mais uma faceta de atividades do BNH.

Agora diz a manchete: BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO VAI FINANCIAR TERRENOS.

Depois de discorrer sobre os fatos deste financiamento que deixa pairar dúvidas — eu não vou ler aqui em seu todo para que não me chamem de parlamentar panfletário mas pelo menos peço vênia a V. Exa. para ler um pequeno tópico, que diz o seguinte:

A MATÉRIA LIDA NÃO FÓI ENCAMINHADA À DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA.—

Igual a este ato que se observa nesta oportunidade era colocado nos primeiros contratos de venda que partia o BNH através dos seus agentes financeiros aos mutuários de casas populares, em 10 anos, depois, milhares de compradores de casas populares perderam suas casas, foram despejados de suas casas e não receberam sequer um centavo de indenização.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao Sr. Deputado que falta um minuto para o término de sua oração.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado.

E então, nós teríamos falado, mas é preciso (que se fale e continue a falar, porque o fato do abuso que se tem cometido neste País se caracteriza cada dia que passa.

Oxalá o BNH, através de seus agentes financeiros do município onde for realizada a compra e financiamento de terrenos, proceda com dignidade e quando houver desistência por falta de condições de pagamento por parte do mutuário, devolva aos mutuários aquilo que tem direito, porque os mutuários do BNH somam a oitenta por cento proletários e trabalhadores.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Seremos extremamente breves; no dia de hoje ocupamos a tribuna apenas para encaminhar à Mesa requerimento em que solicitamos informações da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social sobre a instalação de um Hospital Psiquiátrico no Norte do Paraná. É que já faz tanto tempo que se reclama a presença da administração estadual no atendimento de doentes mentais. O Paraná conta unicamente com o Adauto Botelho mantido pelo Governo do Estado e oferece tratamento apressado e insuficiente, não tem leitos suficientes para atender a todos os necessitados. Ocorre que no tratamento psiquiátrico que se precisa oferecer com urgência para minorar o drama de muitas famílias do Paraná, não deve ficar centralizado na Capital, deve ser descentralizado e sobretudo interiorizado. Já há muitos anos o município de Londrina e doou um terreno para construção do Hospital Psiquiátrico e desde então guarda-se esta construção. Não se houve nenhuma voz, não se sabe de nenhuma iniciativa da administração estadual para oferecer a esta porcentagem da população paranaense um tratamento com a resposta que ela espera. É por isto que formulamos este pedido de informações ao Sr. Secretário de Saúde, esperamos que com estas informações que deverão ser prestadas, se tome consciência do problema e se ofereça solução para este grave drama paranaense.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Estamos recebendo da egrégia Câmara Municipal de Ponta Grossa, onde já tivemos a honra de representar o povo princesino, requerimento apresentado pelo nobre e digno vereador Joel Lopes Silva, aprovado pelo plenário daquela colenda Casa do povo, no qual solicita a remessa de ofício a este deputado, solicitando a proposição de projeto alterando o artigo 4 da lei 5182, de 17.11.65, que trata das Divisas dos Distritos de Ponta Grossa e Periquitos.

Sabemos perfeitamente que esta Assembléia Legislativa não é a jurisdição para a nossa luta, pela revogação daquela Lei, mas estamos vindo a esta tribuna, como homenagem ao povo de Ponta Grossa, para apresentar uma posição tomada e para mostrar que as estatísticas muitas vezes, por distorções de legislações, chegam a prejudicar uma das cidades que maior índice de crescimento apresenta em nosso Estado.

Sabem os Srs. Deputados, que a estatística é a expressão numérica dos fatos sociais; e sabem, também, que quando esta estatística não é alimentada por dados reais, ela deixa de cumprir a sua finalidade e passa a se constituir num ponto negativo na classificação de uma cidade dentro daquelas que apresentam números mais expressivos nas publicações oficiais do IBGE.

Ponta Grossa é, hoje, uma vítima da lei 5182, de 17.11.65, pois, a lei que estendeu o quadro urbano da cidade até os Periquitos não foi aprovada pelo Governo Federal, prevalecendo no momento a lei 5182, que mantém grande parte da cidade na zona rural, inclusive o bairro de Nova Rússia, altamente industrializado e com elevado nível populacional. Este absurdo fez com que no último recenseamento, Ponta Grossa fosse classificada

com 94056 habitantes, enquanto que a Via dos Periquitos, incluindo o bairro de Nova Rússia, aparecia com 20083 habitantes.

O que desejamos, nós aqui na Assembléia, os Vereadores e o povo de Ponta Grossa e nosso companheiro José Gomes do Amaral na Câmara Federal, é levar até o Presidente da República, o ilustre general Ernesto Geisel, o nosso apelo para que S. Exa. olhe por Ponta Grossa e autorize a revogação daquela lei, pois conforme o Ato Complementar nº 46, de 7 de fevereiro de 1969, “nenhuma modificação poderá ser feita na organização administrativas e judiciária, sem prévia autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça.”

O nosso empenho, a nossa luta visa colocar Ponta Grossa na posição que merece, como uma das cidades cujo esforço pela industrialização é um mérito do seu povo, que ninguém poderá avocar como obra de um homem ou de um momento; o nosso empenho é mostrar Ponta Grossa nas publicações oficiais, com a pujança real, para que ela surja perante a Nação, com as suas verdadeiras dimensões, com a imagem estatística de cidade cujo desenvolvimento deve ser motivo de orgulho para todo o povo brasileiro”.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendia declinar da palavra, porquanto tínhamos um trabalho a ser apresentado e não houve tempo. Mas, depois de pronunciamento feito pelo nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, e como S. Exa. estava usando da palavra no Pequeno Expediente não havia oportunidade de apartear-lo, ocupo a tribuna nesta oportunidade, para solidarizar-me com o seu pronunciamento. Porque sentimos a necessidade de encontrarmos uma forma de, em conjunto, solucionarmos o problema.

Hoje, para criar-se o distrito judiciário é necessário a apresentação de um projeto visando a criação do distrito administrativo.

Criado o distrito administrativo, então, se desmembra da sede do município a população do distrito judiciário. E quando se pretende qualquer auxílio, qualquer financiamento, junto aos órgãos federais, principalmente, o BNH, não é incluída aquela área como área de município. E não entendo porque distrito administrativo quando se desmembra uma área não tem administração alguma, porque a administração sempre é a sede do município. E não vejo esse desmembramento da sede do município, criando-se um distrito administrativo.

É preciso que se encontre uma forma, uma maneira de se criar distrito judiciário, que é uma necessidade para atendimento das populações mais distantes da sede, mas sem prejuízo da administração total, que é o município no seu todo.

Nesse sentido; haveremos de encontrar uma saída para criarmos o distrito judiciário sem alteração do distrito administrativo.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 204/69, de autoria do Dep. Roberto Wypych, que autoriza o Poder Executivo adquirir por intermédio da Secretaria da Agricultura 300 (trezentas) unidades de trator para operar em áreas agrícolas e com as características que especifica.

Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C.

APROVADO, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 54/70, de autoria do Dep. José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a pavimentar o trecho rodoviário Mauá-Ivaiporã, consignando na Lei de Meios de 1971, a dotação financeira para atendimento das despesas.

Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. —
COM SUBSTITUTIVO.—

PROJETO DE LEI Nº 54/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a pavimentar o trecho rodoviário Mauá-Ivaiporã, consignado na Lei de Meios de 1971 a dotação financeira para atendimento das despesas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1970

a) JOSÉ ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

Ivaiporã é, indiscutivelmente, um município resultante do "rush" desenvolvimentista que sacudiu o Norte do Estado, nessas duas últimas décadas. O crescimento vertiginoso de sua produção agrícola o coloca em situação de destaque nos quadros estatísticos do Estado, apontando-o como um centro cerealista de inegáveis recursos. O escoamento, porém, dessa produção para os centros consumidores do Estado e, mesmo, para o nosso porto de exportação, vem sendo entravado em sua ligação com Mauá — por um trecho batido de rodovia, de aproximadamente 80 kms, que nos dias de chuvas se tornam praticamente intransitáveis. Essa nossa iniciativa objetiva essa distorção corrigir. Pavimentando aquele trecho, que se liga à rodovia do "Café", estará se complementando as condições de infraestrutura que tornarão, em futuro breve, o nosso Estado celeiro desse país.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 54/70

AUTOR: Dep. José Alencar Furtado

PARECER

1- De iniciativa do nobre Deputado José Alencar Furtado, objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a pavimentar o trecho rodoviário Mauá-Ivaiporã, tomando, também, outras providências.

2- Vem o mesmo projeto articulado e devidamente justificado, obedecendo, desta forma, o Regimento Interno.

3- Da forma como vem redigida a proposição, verifica-se ser uma simples autorização legislativa, razão pela qual não fere nenhum preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal. Quanto à sua oportunidade, nada a opor.

4- Em tais circunstâncias, somos pela aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de junho de 1970.

aa) EMÍLIO CARAZAI — Presidente
IVO THOMAZONI — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 54/70

AUTOR: Deputado Alencar Furtado

1- Objetiva o nobre deputado autor do presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo pavimentar o trecho rodoviário Mauá-Ivaiporã.

2- Conforme o que dispõe o art. 1.º da proposição, em exame, os meios financeiros para atender as despesas, já foram consignados na Lei de Meios para 1971.

3- Assim sendo, nada temos a opor, mesmo porque se trata de projeto autorizatório, sendo que o mesmo ficará na dependência do Sr. Governador, a fim de estudar a sua conveniência.

4- Parecer favorável, portanto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1970.

aa) ROBERTO GALVANI — Presidente.
QUIELSE CRISÓSTOMO — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 54/70

PARECER

Objetiva o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre ex-Deputado Estadual José Alencar Furtado, autorizar o Poder Executivo a pavimentar o trecho rodoviário Mauá-Ivaiporã, consignado na Lei de Meios de 1971, a dotação financeira para atendimento das despesas.

As duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças já se pronunciaram favoravelmente à matéria.

Como trata-se de medida meramente autorizatória, no âmbito desta Comissão nada temos a opor, sendo nosso parecer favorável, pela aprovação, na forma do Substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975

aa) ALFREDO GULIN — Presidente
LINEU TURRA — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N. 54/70

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Rodoviário Estadual, a pavimentação do trecho rodoviário Mauá-Ivaiporã, consignando na Lei de Meios de 1976, a dotação financeira para atendimento das despesas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) ALFREDO GULIN — Presidente
LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre o referido projeto de lei, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, no seguinte teor:

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n. 54/70, por haver transcorrido quatro (4) anos de sua tramitação nesta Casa e encontrar-se a obra em execução não tendo sentido o projeto em apêço assim como o substitutivo.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1975

a) GILBERTO CARVALHO".

Em discussão o requerimento. — Encerrada a discussão, em votação.

APROVADO.

Em consequência sai da Ordem do Dia o Projeto de lei n. 54/70.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem)

Senhor Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É PROCEDIDA A CHAMADA NOMINAL DOS SRS. DEPUTADOS).

Responderam a chamada 31 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e consequente votação.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de lei n. 7/74, de autoria do Dep. Iris Caldart, que institui normas especiais para segurança dos edifícios, a serem observadas na elaboração dos projetos arquitetônicos e execução de obra. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J. e favorável da C.O.P.T.C. — REJEITADO.

PROJETO DE LEI Nº 07/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — As edificações que vierem a ser construídas, ou reformadas, qualquer que seja a finalidade de seu uso, devem apresentar os requisitos e dispor dos equipamentos considerados indispensáveis para garantir os mínimos de segurança aceitáveis para sua utilização, na forma da regulamentação da presente lei a ser baixada pelo Chefe do Poder Executivo dentro do prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de março de 1974.

a) IRIS CALDART.

JUSTIFICATIVA.

Considerando que é de urgente necessidade introduzir novas exigências, que traduzem a indispensável e imediata atualização das medidas no que concerne a segurança dos edifícios, principalmente na parte relativa à prevenção de incêndios, notadamente se considerarmos os sinistros de grandes proporções ocorridos em S. Paulo nos últimos anos, concluímos na necessidade de associar os órgãos da Administração Pública, Executiva e Legislativa, na efetivação de providências de natureza urgente em defesa da nossa população.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 07/74

Autor: Deputado IRIS CALDART

1 — A despeito do inegável acerto e da oportunidade do projeto, não tem ele condições de prosperar, eis que fere a autonomia municipal, constitucionalmente assegurada.

Na verdade, a matéria cabe no âmbito das atribuições dos municípios, aos quais toca a fiscalização e regulamentação legal de obras e posturas dentro das respectivas áreas territoriais.

Não pode o Estado, assim, impor normas como as do projeto, a serem observadas pelos municípios.

2 — Pelo exposto, o parecer é pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1975

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÕES DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 07/74

O presente Projeto de Lei, de autoria do ex-Deputado Iris Caldart, objetiva instituir normas especiais para a segurança dos edifícios a serem observadas na elaboração dos projetos e na sua execução.

Não obstante já ter recebido parecer contrário da douta

Comissão de Constituição e Justiça, entendemos que, a par do Projeto, tem o mesmo sentido de alta relevância, pois representa uma medida em defesa de nossa população, o que, sem dúvida, constitui necessidade urgente e inadiável.

Sendo assim, nosso parecer é favorável pela aprovação.

Sala das Comissões, em maio de 1975.

aa) ALFREDO GULIN — Presidente

VALTER PIETRÂNGELO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 41/74, de autoria do Deputado Aryzone Mendes Araújo, que autoriza o Poder Executivo construir prédio destinado ao funcionamento do Centro de Saúde da cidade de Francisco Beltrão. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 41/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica autorizado o Poder Executivo, a construir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento do Centro de Saúde de Francisco Beltrão, 8º Distrito sanitário, na sede do município de Francisco Beltrão.

Art. 2º — As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta das dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1974

a) ARYZONE ARAÚJO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 41/74

1 — A intenção do autor é das mais justas e deve merecer todo o apoio desta Assembléia, pois trata-se de medida que irá beneficiar uma coletividade desprovida de recursos financeiros.

2 — Tratando-se de medida meramente autorizatória, nada temos a opor quanto ao aspecto legal e constitucional do Projeto.

Nosso parecer é FAVORÁVEL à sua aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) WILSON FORTES — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 41/74

O desiderato do Projeto de Lei em tela, cujo autor é o nobre Deputado ARYZONE ARAÚJO, é autorizar o Poder Executivo, a construir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento do Centro de Saúde de Francisco Beltrão.

No âmbito desta Comissão, nenhum óbice que se possa antepor ao Projeto, visto tratar-se de medida meramente autorizatória ao Poder Executivo.

Opino pela APROVAÇÃO do Projeto para ulterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1974

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

JOÃO FADEL — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 41/74

O objetivo do presente Projeto de Lei é autorizar o Poder Executivo a construir um prédio destinado ao funcionamento do Centro de Saúde, na sede do Município de Francisco Beltrão.

As doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças já se pronunciaram favoravelmente à sua aprovação.

No âmbito desta Comissão, não vemos nenhum obstáculo à sua aprovação, tanto mais que trata-se de medida meramente autorizatória.

Nestas condições, nosso parecer é favorável pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) ALFREDO GULIN – Presidente
DAVID FEDERMANN – Relator

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Netto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Sandoval Ribeiro Ribas. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando a retirada e consequente arquivamento do Projeto de Lei nº 30/75, de sua autoria. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da Copel, no sentido de serem eletrificadas as localidades de Marajó e Anta Gorda, município de Nova Aurora. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando sejam encaminhadas sugestões ao Sr. Governador do Estado, visando modificações de diversos tópicos do Decreto 741, de 2 de setembro de 1971. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que envie mensagem a Assembléia Legislativa, incluindo na Tabela nº “Administração”, de que trata o artigo 3º da Lei nº 6212, diversos cargos. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que informe sobre a situação em que se encontra os estudos para o início da nova via asfáltica que ligará Curitiba a São José dos Pinhais. – Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Fica adiada a discussão para a próxima Sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando voto de aplausos aos vencedores do Concurso Operário Padrão - 74, realizado em Arapongas. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que seja revogado o artigo 4º, da lei nº 5182, de 17 de novembro de 1965, que trata das divisas dos Distritos de Ponta Grossa e Piquitos. – Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que informe sobre a instalação de um Hospital Psiquiátrico no Norte do Paraná. – Em discussão. Encerrada a discussão. – Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO – (Para encaminhar a votação)
Sr. Presidente, muitos requerimentos que às vezes se

se apresentam como pedidos de informações, muitas vezes criando até dificuldades na administração dado os pedidos de informações quase que absurdos que se fazem, muitas vezes, e temos votado contra estes pedidos. Porém, este pedido que apresenta o eminente Deputado Osvaldo Macedo, com referência a construção do Hospital Psiquiátrico receberá o nosso apoio. Neste pedido, S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde encontrará a forma de trazer ao conhecimento desta Casa, como já informou há poucos dias, o trabalho que vem desenvolvendo neste setor.

O SR. PRESIDENTE – Em votação. – Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, quinta-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 204/69.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 41/74

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 550/66, 55/73, 140/74, 146/74, 07/75, 09/75, 39/75, e 42/75.

marcando ainda, uma sessão extraordinária, dia 27, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Resolução nº 17/75, 19/75, 21/75, 47/75, 48/75 e de Lei nºs 01/75, 2/75, 41/75 e 47/75.

A Mesa convida os Srs. Deputados para assistirem no anfiteatro, a palestra audio-visual do Professor Bigarella, que comparece a esta Casa a convite da Comissão Executiva e das duas Bancadas, palestra que o Professor vai proferir em torno do tema “A Erosão, e o Parque do Marumbi”.

Levanta-se a Sessão.

DECRETO LEGISLATIVO:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 409/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1583/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica autorizado, dispensada qualquer modalidade de prévio recrutamento, “ex-vi” do disposto no item “d”, do Decreto nº 21.380, de 23 de outubro de 1970, o Diretor Geral a contratar, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, para prestarem serviços na operação de equipamento especializado no Departamento Legislativo, os seguintes técnicos:

NEOMILTA DA SILVA BENEDITO, com salário mensal de Cr\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros), a partir de 1º de abril de 1975.

TADEU LUKA, com salário mensal de Cr\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros), a partir de 1º de abril de 1975.

DEISE XAVIER DEL CORSO, com salário mensal de Cr\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros), a partir de 12 de maio de 1975.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 23 de junho de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 410/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS-

LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2524/75, de 19 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de RUBYS DE SOUZA, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 411/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 859/75, de 4 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ACIR VILLATORE, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Contabilidade, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 412/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1927/75, de 12 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de RAUL WOLF, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 413/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1270/75, de 25 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar, contar para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de HILDA MATHIES BLANC, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 414/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 288/75, de 14 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MANOEL MARTINS DE CASTRO, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 415/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1284/75, de 25 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de CASEMIRO MARQUES, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 417/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2626/75, de 31 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de

serviço público de EUTHALIA MARTINS DA SILVA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 05 de maio de 1970 a igual data de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 418/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4057/75, de 29 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a JULITA DE SOUZA REISEMBERG, viúva do ex-Deputado Estadual, ALVIR REISEMBERG, pensão mensal de: valor equivalente a três (03) salários-mínimos fixados para a Capital do Estado do Paraná, de acordo com as Leis números 4763, de 05 de novembro de 1963 e 54/63, de 22 de novembro do mesmo ano, com nova redação dada pela Lei nº 6468, de 18 de outubro de 1973, a partir de 14 de fevereiro de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 419/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2197/75, de 18 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOSÉ TARQUÍNIO ISFER, ocupante de cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 420/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 524/75, de 22 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de RONALDO BAPTISTA, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo

Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 421/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2136/75, de 16 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar, contar para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LUIZ FERNANDO FLORES, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 422/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2200/75, de 18 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARIA JOSÉ TÁVORA GIL BELÉM, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 423/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2095/75, de 16 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de NORMA BUEST ROSÁRIO, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) me-

ses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 424/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1507/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de NILCE MACEDO FIGUEIREDO, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 2º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 425/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1581/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA, ocupante do cargo de nível PL "24", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 426/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3073/75, de 8 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a IVO GUSSO, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 1º de abril de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de

acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 427/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3075/75, de 8 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de IVO GUSSO, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 31 de maio de 1971 e 31 de março de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1969, 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 428/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2745/75, de 2 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a CELSO APPARECIDO DE CASTRO, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computado para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 429/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2372/75, de 21 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao

acervo de serviço público, de OSWALDO FARIA, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 03 de agosto de 1965 e igual data de 1970; e,

II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 03 de fevereiro de 1975, data em que, em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio, completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 430/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2218/75, de 18 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a ERNESTO GOMES CORDEIRO, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 04 de janeiro de 1975, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 431/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1466/75, de 3 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a AYRTON COSTA LOYOLA, ocupante do cargo de Diretor Adjunto, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 29 de junho de 1974, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 432/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS-

LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4948/75, de 20 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

Art. 1º - designar, IZAURA BUENO, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo F-6.

Art. 2º - revogam-se as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 433/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2848/75, de 3 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de DARIO FORTUNATO DARIF, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 20 de janeiro de 1972 e 10 de maio de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias referentes aos anos de 1971, 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 434/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3445/75, de 15 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de FARID LUIZ GUÉRIOS, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 27 de junho de 1962 e 27 de dezembro de 1971, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1964, 1965 e 1969, contadas em dobro; e,

II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 11 de setembro de 1974, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 435/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3027/75, de 8 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ANTONIO CECCON, ocupante de cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 436/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2722/75, de 2 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a NEUSA ALVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 12 de março de 1975, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 437/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2333/75, de 20 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de EDOUARD ELIAS THOMÉ, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio vencido em 20 de abril de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 438/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3848/75, de 23 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de DILMAR ABILIO ARCHEGAS, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1974, que deixou de gozar; e,

II – conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma lei, a partir de 23 de março de 1975, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 439/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3137/75, de 9 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar retificar o nome de LUPERCINA SELEME ROCHA, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para LUPERCINA ROCHA CONTE, nos termos do Art. 240, do Código Civil Brasileiro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 440/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4713/75 e 3831/75, respectivamente de 13 de maio e 23 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 02 de fevereiro de 1965 e igual data de 1970; e,

II – conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 02 de fevereiro de 1974, data em que, em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referen-

tes aos anos de 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro; completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 441/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3405/75, de 14 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a ACIR VILLATORE, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 12 de novembro de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 442/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1519/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de IRANI CARINI, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 443/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2452/75, de 24 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARIA HERCÍLIA CÂMARA CONTER, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo

de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 444/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2871/75, de 3 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MANOEL PINHEIRO CANGUSSU, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 445/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2705/75, de 1º de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MANUEL FERNANDES MAIA JUNIOR, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 446/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1543/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JAYME CAMARGO, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspon-

dente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 447/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2939/75, de 7 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de BRÍGIDA LOBO KOLAROVICZ, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 448/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2868/75, de 3 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOSÉ CHECHELISKI, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 449/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2508/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses,

correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 450/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3126/75, de 9 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ANTONIO DOS SANTOS RIBAS, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 451/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3105/75, de 8 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de AYRTON ALVES ARANHA, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 452/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2928/75, de 7 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOSÉ PAULO ORTH, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente

ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 453/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2927/75, de 7 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ROGÉRIO FABIANO NEVES DA CRUZ, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 454/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2713/75, de 1º de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de HUMBERTO MORO REDESCHI, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 455/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1173/75, de 20 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de RUTH DA SILVA LOPES, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao ano

de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

PORTARIA Nº 307/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4415/75, de 07 de maio de 1975, deste Poder

RESOLVE:

antecipar, as férias referentes ao exercício de 1975, concedidas à GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, ocupante do cargo de nível PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 8 de maio de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 308/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5459/75, de 05 de junho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, RENATO BERNARDI, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 309/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5360/75, de 3 de junho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

revogar, a pedido, a Portaria nº 135/75, que designou JOÃO FELIPE CHAVES LOUREIRO, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado FRANCISCO ESCORSIN.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 310/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5377/75, de 3 de junho de 1975, deste Poder

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a ERNESTO PERACETTA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral